



**TRF - 4**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**GABARITANDO  
450 Questões Gabaritadas  
Analista e Técnico  
Judiciário**

**EDITAL Nº 1/2025 CONCURSO PÚBLICO  
PARA SERVIDORES**

**CÓD: OP-048AB-25  
7908403572755**

**Questões Gabaritadas:**

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Noções Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência .....	65
3. Inteligência Artificial e Inovação .....	85
4. Sustentabilidade e Meio Ambiente.....	91
5. Noções de Direito Administrativo .....	117
6. Raciocínio Lógico-Matemático (Apenas para Técnico).....	141

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. FCC - 2024

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

### Direito natural e direito dos homens

O direito natural é aquele que a natureza mesma determina a todos os homens. Educastes vossos filhos, ele vos deve respeito como seu pai, reconhecimento como seu benfeitor. Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.

O direito humano só pode ser fundado no direito da natureza, e o grande princípio, o princípio universal de um e outro, é em toda terra: “Não façam o que não gostariam que te fizessem”.

Contentam-se alguns, noutras terras, em afirmar. “Crê em mim, ou eu te odiarei; crê, ou te farei todo o mal que eu puder. Monstro, não tens a minha religião, então não tens religião nenhuma \*

O direito da intolerância é, então, absurdo e bárbaro: é o direito dos tigres, sendo no entanto bem pior, pois os tigres só se dilaceram por comida, e nós nos exterminamos por parágrafos.

*(Adaptado de: VOLTAIRE. Tratado sobre a tolerância. Trad. Ana Luiza Reis Bedé. São Paulo: Martin Cererê, 2017, p. 36)*

Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.

Transpondo-se adequadamente o tratamento verbal para 2º pessoa do singular e a forma ativa para a passiva da frase acima, ela ficará:

- (A) Tens direito sobre a terra que cultivou-se por suas próprias mãos.
- (B) Tens direito sobre a terra que foi cultivada por tuas próprias mãos.
- (C) Tereis sobre a terra o direito que fora cultivado por tuas próprias mãos.
- (D) Terás sobre a terra o direito de a cultivares com suas próprias mãos.
- (E) Tem teu direito sobre a terra que tuas próprias mãos cultivam.

## 2. FCC - 2024

### Ideal do filósofo Jean-Jacques Rousseau

A crítica às sociedades civilizadas e a idealização do homem primitivo, manifestadas a todo passo nas obras do filósofo Rousseau [1713-1784], foram vistas por muitos intérpretes como a expressão de um desejo de retorno à animalidade. Mas o que o filósofo sempre pretendeu não foi exaltar a animalidade do selvagem, mas sua mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado.

O homem, para Rousseau, não se regenera pela destruição da sociedade e com o retorno à vida no meio das florestas. Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. Se os abusos do estado social civilizado não o colocassem abaixo da vida primitiva, o homem deveria bendizer sem cessar o instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade e fez de um ser estúpido e limitado uma criatura inteligente. O propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.

Os abusos centralizam-se, para ele, na perda da consciência a que é conduzido o homem pelo culto dos refinamentos, das mentiras convencionais, da ostentação da inteligência e da cultura, nas quais se busca mais a admiração do próximo do que a satisfação da própria consciência. Rousseau, em uma palavra, não pretende queimar bibliotecas ou destruir universidades e academias; reconhece a função útil das ciências e das artes, mas não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras. Pelo contrário, glorifica os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, que se realiza na luta contra os obstáculos da violência e na atividade do espírito crítico, livre de pressões.

*(Adaptado do encarte, sem identificação de autoria, do volume Rousseau = Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 474-475)*

É adequada a articulação entre os tempos & os modos das formas verbais na seguinte frase:

- (A) Rousseau dava demonstração de que respeitava o saber das universidades e das academias a cada vez que reconhecia a função útil das ciências.  
 (B) Caso não viesse a glorificar os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, Rousseau não terá lutado contra os obstáculos da irracionalidade.  
 (C) Embora nunca tenha pretendido exaltar a animalidade do selvagem, ocorrera que muitos intérpretes de Rousseau houvessem de atribuir-lhe tal intenção.  
 (D) Os abusos da vida social civilizada teriam colocado o homem muito abaixo da vida primitiva, caso ele venha de falo a cometê-los.  
 (E) Para Rousseau, os abusos do estado social centralizar-se-iam na perda da consciência a que o conduzirá o culto dos refinamentos artificiais.

### 3. FCC - 2024

#### **Influências, influentes**

*Novos instrumentos de comunicação dão vida nova a velhos hábitos e subterfúgios. “Influencer”, no tempo digital das redes sociais, designa um agente e propagandista de valores que deseja incutir nos outros.*

*Coisa de hoje? Não apenas: me lembro de um livro de grande sucesso cujo título em português é “Como fazer amigos e influenciar pessoas”, de Da/e Carnegie, editado nos EUA em 1936 e de grande sucesso por aqui nos anos seguintes. Já com esse título, instiga-nos a fazer amigos para sermos influentes. Fazer amizades pode ser um bom negócio ...*

*Essa convicção se expandiu muito em nosso tempo eletrônico, quando também se propagam, sem qualquer prurido, ódios e ultrajes bem direcionados. Influenciar os outros a qualquer custo se que sendo uma obsessão presente.*

*“Influir”, do latim ‘in-fluo’, é “correr para dentro”, ou ainda “insinuar-se”. Mesmo que discretamente, dá alguma medida do que pode haver de invasivo na relação supostamente amistosa. Mas não custa lembrar que “influenza” é também o batismo de um vírus poderoso de gripe, que pode resultar*

*em pneumonia. Hoje, graças às vias digitais, podemos interferir drasticamente na saúde das cabeças alheias e ainda sermos prestigiados por isso.*

*(GOMES, Pafúncio. A editar*

Há adequada articulação entre os tempos e modos verbais na frase:

- (A) Quando chegarmos a sentir o peso de tantas influências indevidas, nossa reação se mostraria tão tardia como inconsequente.  
 (B) Caso as influências logo se mostrassem tão nocivas quanto a “influenza”, haverá tempo para que as rebatêramos.  
 (C) Se persistirem nessa escalada, as vias digitais teriam acentuado ainda mais o poder dos “influencers”.  
 (D) A menos que se estabeleça algum critério de funcionamento, as vias digitais não haverão de sofrer a influência que exercem.  
 (E) No caso de que viessem a se fortalecer ainda mais, quem haverá de fazer frente ao poder dos “influencers”?

### 4. FCC - 2024

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

#### **História de uma praça**

Numa crônica antiga, intitulada “A rotina e a quimera”, Carlos Drummond de Andrade considerava o fato de que grandes escritores brasileiros, a começar por Machado de Assis, eram também funcionários públicos. Na lista numerosa, Drummond não incluiu a si mesmo, funcionário que foi de mais de um órgão público. A “rotina” do funcionário, outrora cercado de blocos de papéis, lápis e canetas, muitas vezes levava-o à “quimera”, ao universo da ficção e à imaginação criativa.

Mas há também funcionários cuja quimera é, na verdade, a pesquisa histórica. Valem-se de seu talento e de sua disposição para investigar a origem de nomes, de lugares, de fatos primordiais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Eliézer Rodrigues, veterano assessor de imprensa da Justiça do Trabalho do Ceará. Dedicou-se a pesquisar dados e a escrever um livro — “Praça José de Alencar - Tempos e viventes”. Já de si, o título indica o âmbito do livro.

O jornalista escritor resgata os primórdios dessa praça de Fortaleza, quando ainda se chamava Praça do Patrocínio, e aborda os principais aconte-

cimentos que envolveram as edificações e pessoas que já habitaram seu entorno. O prédio da Fênix Caixeiral, a Igreja do Patrocínio, a Escola de Comércio, o Centro Médico, o Instituto de Patrimônio Histórico, o Lord Hotel, o INSS, a Associação Cearense de imprensa e a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza são algumas das instituições retratadas na obra.

É importante haver cronistas desse porte para que a história de um lugar e de seus personagens se mantenha viva. Políticos, militares, empresários, intelectuais, artistas, músicos, juristas, celebridades, médicos, comerciantes e cidadãos comuns são alguns dos personagens reais que envolvem as tramas retratadas. Até mesmo uma cigana e um fantasma protagonizam casos curiosos.

Vê-se que a “quimera” desse escritor cearense está ancorada em impressões, fatos e pessoas que ele não quis deixar esquecer. É mais que um momento da rotina: é um momento da memória pessoal e social dedicado ao lugar de afeto e de interesse público, a que dá a força de uma permanência temporal.

(SÁ, *Herculano Perez de. Com apoio na página eletrônica <https://www.trt7.jus.br>. Adaptado*)

É importante que haja cronistas aplicados em pesquisas, para que fatos, lugares e personagens de outros tempos se mantenham vivos.

Em nova redação, a frase acima permanecerá correta e coerente caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) Seria - houvesse mantivessem
- (B) Será - hajam - manterem
- (C) Foi - houvessem - mantessem
- (D) Teria sido - tenham havido - manteriam
- (E) Terá sido - tivessem havido - manterão

### 5. FCC - 2024

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

#### [Vida a compartilhar]

Um jovem amigo meu é uma pessoa exasperada e deprimida. Na semana passada, ele foi atraído por uma história edificante. Uma escola americana dedicara um anfiteatro a uma professora de escola fundamental que, depois de uma longa carreira de ensino, foi paralisada por uma distrofia muscular, e seguiu ensinando. Quando perdeu a voz, passou a ensinar surdos-mudos. Na reportagem, ela estra-

nhava a atenção e os elogios: era uma mulher em paz consigo mesma e com o mundo, sem furores caritativos ou vocações martirológicas. Sua vida parecia simplesmente normal.

Meu jovem amigo comentou que, se estivesse no lugar dela, já teria acabado com sua própria vida. Essa ideia, concordei, passaria por qualquer cabeça. Mas por que a professora não foi por esse caminho? O insuportável numa doença como essa, afirmou então meu interlocutor, são os limites, as impotências.

Observei-lhe então que há uma infinidade de coisas que não conseguimos fazer. Afinal, não sei voar, nem ficar por respirar mais que dois minutos. Com paciência condescendente, meu amigo explicou que essas são coisas que ninguém, ou quase ninguém, consegue fazer. O que dói, acrescentou, é não conseguir fazer as coisas que

os outros conseguem. E declarou que, se tivesse uma invalidez grave, talvez pudesse seguir vivendo, mas só entre pessoas tão inválidas quanto ele. Conclusão da conversa: o problema não é a invalidez, o problema são os outros. Melhor dizendo, a necessidade de se comparar aos outros.

De todo modo, ficamos sem apurar que tipo de energia animava aquela prejudicada professora, excepcionalmente apta e disposta a só compartilhar o que tinha de positivo.

(Adaptado de: CALLIGARIS, *Contardo. Terra de ninguém. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 70-71*)

É adequada a articulação entre os tempos e modos verbais na seguinte frase:

- (A) Ficamos sem saber por que vem ela se dedicado a atos virtuosos que sua doença lhe impedisse de haver praticado,
- (B) Quando perdesse a voz, em função da distrofia que lhe acometeria, ela passará a ensinar surdos e mudos.
- (C) Fora uma mulher em paz consigo mesma, apesar dos sofrimentos que a vida lhe reserve, ao desafiar seus limites.
- (D) Quando me confessou que se mataria, não me surpreendi e disse que muita gente poderia vir a tomar igual decisão.
- (E) Segundo meu amigo, a dor maior comparece quando nos convencêssemos de que não sejamos os únicos a sofrer.

**6. FCC - 2024**

As vezes tento imaginar o mundo sem literatura. Eu sentiria falta dos livros nos aviões. Livrarias e bibliotecas teriam espaço de sobra nas estantes (e as minhas não estariam transbordando). A indústria editorial não existida como a conhecemos, nem a Amazon, e não haveria nada em minha mesa de cabeceira quando não consigo dormir à noite.

Tudo isso seria lamentável, mas mal arranha a superfície do que seria perdido se a literatura nunca tivesse existido, se as histórias só fossem contadas oralmente e nunca tivessem sido escritas. Um mundo assim é quase impossível de imaginar. Nosso sentido de história, da ascensão e queda de impérios e nações. seria completamente diferente. A maior parte das ideias filosóficas e políticas nunca teria existido, ou teria sido esquecida, porquanto a literatura que deu origem a elas não teria sido escrita. Quase todas as crenças religiosas desapareceriam com as escrituras em que foram expressas.

A literatura não é apenas para os amantes dos livros. Desde que surgiu, há 4 mil anos, ela moldou a vida da maioria dos seres humanos que vivem no planeta Terra.

*(Adaptado de: PUCHNER, Martin. O mundo da escrita. Trad. SOARES. Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letras. 2019)*

Quase todas as crenças religiosas desapareceriam com as escrituras em que foram expressas. Substitui adequadamente a expressão sublinhada:

- (A) nas quais
- (B) as quais
- (C) das quais
- (D) sobre as quais
- (E) cujas as quais

**7. FCC - 2024**

Leia o conto “A condição geral”, de Carlos Drummond de Andrade,

O barro entendia que estavam abusando de sua docilidade para fabricar cerâmicas vulgares. A água queixou-se de recolher todas as imundícies da Terra, ela que sempre foi sinônimo de limpeza. O boi nem precisou falar: era a imagem da revolta contra o sacrifício da espécie - de todas as espécies imoladas. “E a mim?” - gemeu a árvore -, “a mim, que desempenho função vital no sistema da Terra, tacam-me fogo ou retalham-me a serra e o machado”.

Os quatro concordaram que não está direito. Reclamaram do homem, que lhes declarou que não podia fazer nada. Vive onerado de impostos, afligido de doenças, e mal tem tempo de se coçar. “Em vez de me coçar, acrescentou, “assisto a seriados americanos de televisão, enquanto não se inventa outra coisa. E me entedio. Voltem para seus lugares e guardem o que lhes digo. Vocês pensam que ser homem é fácil?”

*(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. Contos plausíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)*

assisto a seriados americanos de televisão, enquanto não se inventa outra coisa.

Em relação à oração que a precede, a oração sublinhada expressa ideia de

- (A) adição.
- (B) consequência.
- (C) comparação.
- (D) tempo.
- (E) oposição.

**8. FCC - 2024**

Leia o texto “Insolubilia”, de Eduardo Giannett, *É difícil encontrar o que se busca quando não se sabe ao certo o que se procura. No que poderia consistir uma solução para o enigma da existência que fizesse sentido em termos humanos? Sabemos o que procuramos quando indagamos do sentido de uma palavra, de uma narrativa ou mesmo de uma vida individual: a semântica do termo; o enredo da trama e a “moral da história”; os valores norteadores e o propósito daquela vida no contexto particular em **que** ela transcorre. E quando se trata contudo, da totalidade da vida ou do ser? O nó da questão não é apenas a dificuldade de formular uma conjectura minimamente plausível, mas reside na impossibilidade mesmo de sequer conceber o que possa vir a ser uma resposta adequada: pois, não importa qual seja a conjectura oferecida, ela implicará nova e justificada demanda explicativa, ou seja, um renovado -e possivelmente agravado - senso de mistério.*

*Suponha, por exemplo, que gerações futuras cheguem a descobrir de algum modo o que nos aconteceu e o que tudo, afinal, significa: somos um experimento científico abandonado pelos deuses nos confins do “multiverso”; ou o sonho que alguém de outro mundo está sonhando; ou uma pantomi-*

# NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## 1. FCC - 2024

A Lei nº 7.853/1989 dispõe, dentre outras, sobre medidas judiciais destinadas à proteção de Interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência. Nos termos da referida Lei, a sentença proferida

(A) contra o autor da ação poderá ser objeto de recurso por qualquer legitimado ativo, Inclusive o Ministério Público.

(B) de improcedência da ação produzirá efeitos imediatos, independentemente de sua reapreciação em sede de duplo grau de jurisdição.

(C) terá sempre eficácia inter partes, Independentemente do seu desfecho, Isto é, se procedente ou improcedente a ação.

(D) terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada Improcedente por deficiência de prova, hipótese em que apenas o Ministério Público poderá Intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

(E) que concluir pela carência da ação não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, pois apenas a sentença de improcedência sujeita.se a esta sistemática.

## 2. FCC - 2018

Segundo o disposto na Lei nº 7.853/1989, constitui crime apenado com reclusão obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência. A pena prevista em abstrato é de

(A) 3 a 5 anos e multa.

(B) 1 a 3 anos e multa.

(C) 6 meses a 2 anos e multa.

(D) 2 a 4 anos.

(E) 2 a 5 anos e multa.

## 3. FCC - 2018

Na área da saúde, a Lei nº 7.853/1989 prevê como promoção de ação preventiva em benefício da pessoa com deficiência

(A) o incentivo à pesquisa tecnológica em áreas do conhecimento.

(B) a criação de serviços de reabilitação.

(C) a imunização.

(D) o desenvolvimento de programas de saúde com a participação da sociedade.

(E) a garantia do atendimento domiciliar.

## 4. FCC - 2018

Magnólia, empregada da escola “X”, está procrastinando dolosamente a inscrição de Camila, com 12 anos de idade, no referido estabelecimento de ensino privado em razão da sua deficiência visual. Nesse caso, de acordo com a Lei nº 7.853/1989, a conduta de Magnólia

(A) constitui crime punível com reclusão e multa não havendo situação de agravamento de pena.

(B) constitui crime punível com detenção e multa, sendo que a pena será agravada em 1/3 em razão do labor em instituição privada e a condição de deficiência visual.

(C) não constitui crime, por absoluta ausência de tipificação legal.

(D) constitui crime punível com reclusão e multa, sendo que a pena será agravada em 1/3 em razão da idade de Camila.

(E) constitui crime punível com detenção e multa, sendo que a pena será agravada em 2/3 em razão do labor em instituição privada e a condição de deficiência visual.

## 5. FCC - 2018

Considere:

I. A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.

II. A oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.

III. O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 2 anos, educandos portadores de deficiência.

IV. A matrícula facultativa em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

De acordo com a Lei nº 7.853/1989, ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Para esse fim, os órgãos e entidades da Administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos da referida Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as medidas, na área da educação, indicadas

**APENAS** em

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

#### 6. FCC - 2022

O conceito de deficiência hoje vigente no Estatuto da Pessoa com Deficiência corresponde

- (A) à incapacidade para o trabalho e para a vida independente determinada por limitações físicas, sensoriais ou mentais de média ou longa duração.
- (B) à perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
- (C) ao impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(D) à limitação de natureza funcional, decorrente de alguma alteração fisiológica, que, para seu portador, restringe suas oportunidades de integração ajustada e plena e favorece a exclusão social.

(E) ao conjunto de restrições de origem biopsíquica que afetam a plena integração do indivíduo na sociedade, tornando-o portador de necessidades especiais cujo atendimento é dever do Estado, sociedade e família.

#### 7. FCC - 2018

A residência inclusiva, conforme prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência, será oferecida à pessoa com deficiência em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade,

- (A) sem vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUAS.
- (B) com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUS.
- (C) sem vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUS.
- (D) com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUAS.
- (E) com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito da Previdência Social.

#### 8. FCC - 2018

Para fins de aplicação da Lei nº 13.146/2015, as barreiras existentes nos edifícios públicos ou privados são barreiras

- (A) urbanísticas.
- (B) arquitetônicas.
- (C) atitudinais.
- (D) materiais imperfeitas.
- (E) informais de espaço.

#### 9. FCC - 2018

Segundo expressamente previsto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará

- (A) o histórico psiquiátrico; a pontuação em testes cognitivos; os impedimentos, as funções e nas estruturas do corpo e as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar.
- (B) a restrição de participação da pessoa avaliada; os impedimentos nas funções e nas es

truturas do corpo; as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar e o histórico psiquiátrico.

(C) a limitação no desempenho de atividades; os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais e a restrição de participação da pessoa avaliada.

(D) o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário; a limitação no desempenho de atividades; a autossuficiência para sua manutenção e o histórico psiquiátrico.

(E) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a pontuação em testes cognitivos e o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário.

### 10. FCC - 2018

Pedro estava desempregado, sofreu um acidente de carro, e uma das consequências foi a perda parcial de sua mobilidade física. Após tratamento e fisioterapia, buscou informações sobre sua inserção profissional e direitos. Foi informado que seria necessário a avaliação de sua deficiência que, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, de 06/07/2015, deveria ser realizada por uma equipe

(A) médica que avaliará a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.

(B) multiprofissional e interdisciplinar, com foco biopsicossocial, que avaliará os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.

(C) médica de saúde ocupacional que avaliará a limitação no desempenho de atividades e condições de reabilitação.

(D) médica de ortopedia, que avaliará as condições físicas da estrutura corporal, dimensionando o grau de lesão e incapacitação.

(E) multiprofissional, com foco transdisciplinar que avaliará as possibilidades de re-inserção profissional.

### 11. FCC - 2022

Em relação à capacidade civil, considerando os termos expressos da legislação vigente sobre o tema,

(A) havendo laudo médico que ateste a incapacidade da pessoa com deficiência reger-se para os atos da vida civil e formular seus juízos de forma autônoma, deverá ser designado a ela um tutor, que a representará em todos os assuntos que a afetem.

(B) a pessoa com deficiência intelectual sem discernimento para a prática dos atos da vida civil deixou, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, a condição de absolutamente incapaz, passando à categoria de relativamente incapaz.

(C) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para fins de casamento, união estável, planejamento familiar e guarda dos filhos.

(D) em nenhuma hipótese a pessoa com deficiência será submetida à curatela, cabendo, em relação aos assuntos de natureza patrimonial e negocial, a tomada de decisão apoiada.

(E) a pessoa com deficiência, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, teve reconhecido seu direito de manifestar sua opinião e tê-la levada em consideração em todos os assuntos que a afetem, cabendo a decisão final, contudo, ao seu representante legal ou ao Judiciário no caso de divergência.

### 12. FCC - 2022

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é assegurada a plena capacidade civil da pessoa com deficiência, inclusive para

I. exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária, bem como para casar-se e constituir união estável.

II. exercer direitos sexuais e reprodutivos, ressalvada situação de risco à sua integridade física ou psicológica, em que se admite esterilização compulsória, mediante prévia determinação judicial.

III. exercer o direito à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo vedado, contudo, exercer guarda, tutela ou curatela.

**IV.** exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III.

**13. FCC - 2022**

Nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, quando a deficiência afetar a plena capacidade civil da pessoa, deverá ser necessariamente autorizado/a pelo curador

- (A) a constituição de união estável.
- (B) o exercício do direito à guarda.
- (C) a realização de atos patrimoniais.
- (D) a adoção.
- (E) a conservação da fertilidade.

**14. FCC - 2018**

De acordo com previsão expressa do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência NÃO afeta a plena capacidade civil da pessoa, para

- (A) casar-se e constituir união estável ou para exercer o direito à adoção.
- (B) conservar sua fertilidade ou para outorgar procuração.
- (C) exercer direito à adoção ou para outorgar procuração.
- (D) casar-se e constituir união estável ou para firmar contrato.
- (E) exercer seu direito reprodutivo ou para dispor em testamento.

**15. FCC - 2018**

A Lei Brasileira de Inclusão, em seu texto, no que diz respeito ao direito à igualdade e a não discriminação, prevê expressamente que a pessoa com deficiência

- (A) seja representada por seu curador quando necessário seu consentimento livre e esclarecido para a realização de tratamento.
- (B) poderá exercer direitos sexuais e reprodutivos desde que assistida por terceiro.
- (C) será submetida à esterilização compulsória somente com decisão judicial nesse sentido.

(D) não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

(E) tem direito a diagnóstico e intervenção precoce.

**16. FCC - 2018**

Fernanda é deficiente visual. Solteira, com trinta e cinco anos de idade, pretende realizar o sonho de ser mãe por meio da fertilização in vitro. Já sua amiga, Daiani, também deficiente visual, casada com Fabio, deficiente auditivo, pretende adotar uma criança. Nesses casos, de acordo com a Lei nº 13.146/2015,

- (A) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, sendo permitido o exercício dos direitos reprodutivos, bem como o exercício do direito à adoção.
- (B) é proibido o exercício dos direitos reprodutivos, bem como o exercício do direito à adoção, em razão exclusivamente da deficiência visual narrada.
- (C) é proibido apenas o exercício dos direitos reprodutivos, em razão exclusivamente da deficiência visual narrada.
- (D) é expressamente proibido apenas o exercício do direito à adoção, em razão exclusivamente da deficiência visual narrada.
- (E) é expressamente proibido apenas o exercício do direito à adoção, em razão das deficiências visual e auditiva narradas.

**17. FCC - 2018**

Sobre a Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é correto afirmar:

- (A) A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, exceto em situação de risco de vida.
- (B) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- (C) A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, exceto em caso de autorização familiar.
- (D) A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

# INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO

## 1. (2025)

De acordo com a Resolução nº 332/2020 do CNJ, qual é o principal objetivo da utilização da Inteligência Artificial no âmbito do Poder Judiciário?

- (A) Substituir integralmente a atuação dos magistrados em decisões repetitivas.
- (B) Reduzir o número de processos judiciais através da automação.
- (C) Promover o bem-estar dos jurisdicionados e assegurar a prestação equitativa da jurisdição.
- (D) Criar bases de dados internacionais para compartilhamento entre tribunais.
- (E) Tornar a decisão judicial exclusivamente baseada em algoritmos de previsibilidade.

## 2. (2025)

Nos termos da Resolução nº 332/2020 do CNJ, a implementação da Inteligência Artificial no Judiciário deve ser compatível com:

- (A) A livre concorrência entre empresas de tecnologia.
- (B) As decisões administrativas do CNMP.
- (C) A segurança pública e a política econômica vigente.
- (D) Os Direitos Fundamentais previstos na Constituição e em tratados internacionais.
- (E) Os princípios da Lei das Estatais.

## 3. (2025)

Conforme a Resolução nº 332/2020 do CNJ, os dados utilizados no treinamento de modelos de IA devem ser:

- (A) Selecionados exclusivamente por empresas terceirizadas.
- (B) Baseados em informações de redes sociais.
- (C) Provenientes de fontes seguras, preferencialmente governamentais.
- (D) Disponibilizados sem restrição de acesso.
- (E) Coletados anonimamente, sem necessidade de rastreamento.

## 4. (2025)

A Resolução nº 332/2020 do CNJ estabelece que, caso se identifique viés discriminatório em modelos de IA, os tribunais devem:

- (A) Reduzir sua aplicação apenas a áreas técnicas.
- (B) Corrigir o viés ou, se não for possível, descontinuar o uso da ferramenta.
- (C) Notificar o usuário externo sobre a presença do viés.
- (D) Arquivar o projeto e impedir sua análise posterior.
- (E) Encaminhar o modelo à Corregedoria Nacional para homologação.

## 5. (2025)

Segundo o Art. 8º da Resolução nº 332/2020 do CNJ, o princípio da transparência envolve:

- (A) Divulgação irrestrita dos dados brutos ao público.
- (B) O direito do usuário à modificação do algoritmo.
- (C) Fornecimento de explicações auditáveis sobre decisões automatizadas.
- (D) Eliminação da necessidade de revisão humana.
- (E) Centralização do sistema apenas no Conselho Nacional de Justiça.

## 6. (2025)

De acordo com o Art. 18 da Resolução nº 332/2020 do CNJ, os usuários externos devem ser:

- (A) Responsabilizados pelo uso indevido da IA.
- (B) Informados sobre o uso da IA, com linguagem clara e precisa, e cientes de que a decisão automatizada não é vinculante.
- (C) Impedidos de contestar os resultados apresentados pelos modelos.
- (D) Treinados tecnicamente para interpretar algoritmos.
- (E) Sujeitos à supervisão judicial automatizada.

**7. (2025)**

A Resolução nº 332/2020 do CNJ orienta que as equipes responsáveis pela implantação de IA devem:

- (A) Ser compostas exclusivamente por magistrados e técnicos de TI.
- (B) Refletir diversidade em gênero, raça, orientação sexual, deficiência, entre outras características.
- (C) Seguir indicação política do tribunal.
- (D) Ter foco apenas em produtividade e agilidade.
- (E) Incluir apenas profissionais concursados.

**8. (2025)**

A Resolução nº 332/2020 do CNJ veda expressamente, durante a pesquisa e desenvolvimento de IA, a prática de:

- (A) Cooperação com órgãos públicos.
- (B) Compartilhamento de dados com o CNJ.
- (C) Direcionamento sectário de investigações e prejuízos à dignidade humana.
- (D) Parcerias com universidades.
- (E) Uso de software de código aberto.

**9. (2025)**

No tocante à aplicação da IA em matéria penal, a Resolução nº 332/2020 do CNJ determina que:

- (A) Seu uso é obrigatório em crimes de menor potencial ofensivo.
- (B) Pode substituir o juiz nas sentenças penais.
- (C) Não deve ser estimulada, exceto para finalidades auxiliares, como cálculo de pena e prescrição.
- (D) É livre desde que supervisionada pelo CNMP.
- (E) Deve ser utilizada para elaborar decisões preditivas automaticamente.

**10. (2025)**

Conforme o Art. 25 da Resolução nº 332/2020 do CNJ, a prestação de contas sobre o uso de IA no Judiciário deve:

- (A) Ocorre apenas internamente, sem divulgação pública.
- (B) Incluir os responsáveis pelo projeto, os custos e os resultados efetivos alcançados.
- (C) Ser apresentada somente após 5 anos de uso da IA.

(D) Ser feita em sigilo institucional para preservar os modelos.

(E) Excluir dados sobre parcerias com a sociedade civil.

**11. (2025)**

De acordo com a Resolução nº 395/2021 do CNJ, a inovação no Poder Judiciário consiste, essencialmente, em:

- (A) A modernização da estrutura física dos tribunais.
- (B) A introdução de novas leis e normas administrativas.
- (C) A implementação de ideias que criem formas de atuação e gerem valor por meio de soluções eficazes.
- (D) A informatização dos processos administrativos.
- (E) A terceirização de atividades jurisdicionais não essenciais.

**12. (2025)**

Segundo o Art. 3º da Resolução nº 395/2021 do CNJ, qual dos seguintes NÃO é um dos princípios da gestão da inovação no Poder Judiciário?

- (A) Sustentabilidade socioambiental.
- (B) Participação de atores externos.
- (C) Interferência política direta.
- (D) Cultura da inovação.
- (E) Transparência.

**13. (2025)**

Conforme a Resolução nº 395/2021 do CNJ, os órgãos do Poder Judiciário devem instituir laboratórios de inovação em até:

- (A) 30 dias da publicação da norma.
- (B) 45 dias úteis a contar do recebimento do ofício.
- (C) 60 dias a partir da publicação da Resolução.
- (D) 90 dias da promulgação constitucional.
- (E) 120 dias conforme ato da Presidência.

**14. (2025)**

De acordo com a Resolução nº 395/2021 do CNJ, o laboratório de inovação do Conselho Nacional de Justiça recebe o nome de:

- (A) LabJus.
- (B) JudInova.
- (C) CNJ-Lab.
- (D) LIODS/CNJ.
- (E) JustFuturo.

**15. (2025)**

Conforme o Art. 7º da Resolução nº 395/2021 do CNJ, uma das competências do LIODS/CNJ é:

- (A) Executar sentenças judiciais de forma automatizada.
- (B) Gerenciar recursos orçamentários de todos os tribunais.
- (C) Mapear programas ligados à Agenda 2030.
- (D) Substituir o Comitê Gestor Nacional da Inovação.
- (E) Elaborar normas para o CNMP.

**16. (2025)**

A RenovaJud, instituída pela Resolução nº 395/2021 do CNJ, é:

- (A) Uma norma de reorganização administrativa.
- (B) Um plano de digitalização de processos judiciais.
- (C) Uma rede voltada à gestão contínua da inovação no Judiciário.
- (D) Um sistema de controle de produtividade dos juízes.
- (E) Um mecanismo de fiscalização externa.

**17. (2025)**

Quem coordena os trabalhos operacionais do LIODS/CNJ, segundo a Resolução nº 395/2021 do CNJ?

- (A) Conselho Consultivo Nacional da Inovação.
- (B) Departamento de Tecnologia da Informação.
- (C) Secretário(a) Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP).
- (D) Presidente do CNMP.
- (E) Corregedoria Nacional de Justiça.

**18. (2025)**

O Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário, previsto no Art. 14-A da Resolução nº 395/2021 do CNJ, tem por finalidade:

- (A) Premiar servidores com maior produtividade.
- (B) Uniformizar as decisões judiciais.
- (C) Promover o conhecimento, oficinas e troca de boas práticas.
- (D) Reorganizar tribunais com déficit orçamentário.
- (E) Fiscalizar o cumprimento das metas da Agenda 2030.

**19. (2025)**

A premiação anual criada pela Resolução nº 395/2021 do CNJ para valorizar soluções inovadoras no Judiciário é chamada de:

- (A) Prêmio Justiça Digital.
- (B) Selo CNJ de Excelência.
- (C) Prêmio Agenda 2030.
- (D) Prêmio Inovação do Poder Judiciário.
- (E) Troféu Eficiência Processual.

**20. (2025)**

De acordo com a Resolução nº 395/2021 do CNJ, os membros e colaboradores dos órgãos de inovação do Judiciário:

- (A) Recebem gratificação por função de inovação.
- (B) Exercem suas atividades com remuneração variável.
- (C) Devem ser remunerados conforme a Lei nº 10.973/2004.
- (D) Atuam em caráter honorífico e não remunerado.
- (E) São pagos com recursos do Prêmio Inovação.

**21. (2025)**

De acordo com a Portaria CNJ nº 379/2024, qual é o objetivo principal do Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário?

- (A) Centralizar o controle de projetos tecnológicos nos tribunais superiores.
- (B) Automatizar a tramitação dos processos físicos.
- (C) Incentivar, orientar e subsidiar a implementação da Política Nacional de Gestão da Inovação.
- (D) Substituir as equipes humanas por sistemas automatizados.
- (E) Padronizar os métodos de gestão administrativa entre os órgãos do Judiciário.

**22. (2025)**

Conforme a Portaria CNJ nº 379/2024, o Plano Nacional de Inovação está estruturado com base em quais eixos centrais?

- (A) Planejamento Estratégico e Gestão de Pessoas.
- (B) Comunicação Institucional e Cultura da Inovação.
- (C) Desenvolvimento Sustentável e Eficiência Administrativa.
- (D) Organizacional e Processo Inovativo.
- (E) Eficiência Orçamentária e Automatização Processual.

**23. (2025)**

Sobre o Eixo Organizacional previsto na Portaria CNJ nº 379/2024, é correto afirmar que:

- (A) Está focado apenas em investimentos tecnológicos.
- (B) Engloba aspectos como comunicação com o usuário externo e marketing institucional.
- (C) Trata apenas da contratação de fornecedores de inovação.
- (D) Abrange estrutura, recursos humanos e governança estratégica.
- (E) É exclusivo para tribunais superiores e não se aplica a instâncias inferiores.

**24. (2025)**

A dimensão “Estrutura Organizacional e Gestão de Pessoas”, da Portaria CNJ nº 379/2024, tem como um de seus objetivos:

- (A) Contratar consultorias externas para realizar os projetos de inovação.
- (B) Centralizar a formação de magistrados em uma escola única.
- (C) Estimular a formação continuada para fortalecer competências-chave para a inovação.
- (D) Substituir servidores por ferramentas tecnológicas.
- (E) Eliminar a comunicação institucional interna.

**25. (2025)**

Segundo a Portaria CNJ nº 379/2024, qual é o papel da plataforma Renovajud no contexto da inovação?

- (A) Registrar os processos judiciais eletrônicos.
- (B) Agendar audiências virtuais.
- (C) Controlar os prazos processuais dos tribunais.
- (D) Cadastrar projetos colaborativos e sistematizar inovações no Judiciário.
- (E) Armazenar decisões monocráticas para fins estatísticos.

**26. (2025)**

Qual unidade do CNJ é responsável por elaborar diagnóstico sobre a capacidade e tendência institucional à inovação, segundo a Portaria CNJ nº 379/2024?

- (A) Corregedoria Nacional de Justiça.
- (B) Secretaria de Gestão de Pessoas.
- (C) Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).
- (D) Comitê Gestor Nacional da Inovação.
- (E) Secretaria Especial de Administração.

**27. (2025)**

Segundo a Portaria CNJ nº 379/2024, a dimensão “Gestão da Inovação” inclui como objetivo a:

- (A) Terceirização dos serviços jurisdicionais.
- (B) Automatização total de sentenças.
- (C) Promoção da experimentação e prototipação organizacional e de serviços.
- (D) Eliminação de processos administrativos físicos.
- (E) Substituição da atuação do magistrado por IA.

**28. (2025)**

No contexto da Portaria CNJ nº 379/2024, o conceito de “inovação aberta” refere-se a:

- (A) Adoção exclusiva de tecnologia estrangeira.
- (B) Compartilhamento irrestrito de dados internos.
- (C) Criação de soluções exclusivamente dentro dos laboratórios do Judiciário.
- (D) Participação de atores externos na construção de soluções.
- (E) Padronização de fluxos judiciais entre todos os tribunais.

# SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

## 1. (2024)

Assinale a opção que indica corretamente uma diretriz da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

(A) o apoio e o fomento às atividades que efetivamente reduzam as emissões ou promovam as remoções por sumidouros de gases de efeito estufa

(B) a promoção de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, em escala regional, dentro do território brasileiro, para o financiamento de ações de mitigação da mudança climática

(C) o estímulo à participação da sociedade civil, mediante referendo, no planejamento de políticas, planos, programas e ações relacionados à mudança do clima

(D) a utilização de indicadores sociais, como índice de desenvolvimento humano (IDH), para promover ações de adaptação à mudança do clima

(E) o desenvolvimento tecnológico de combate às mudanças climáticas pelas universidades e pelos institutos de pesquisa federais, em observância das premissas do Observatório do Clima das Nações Unidas

## 2. (2024)

Sobre a Política Nacional das Mudanças Climáticas (Lei Federal nº 12.187/2009), assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Compreende-se os efeitos adversos da mudança do clima como mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos.

(B) As ações de mitigação da mudança do clima em consonância com o desenvolvimento sustentável, que sejam, sempre que possível, mensuráveis para sua adequada quantificação e verificação a posteriori representam uma das

diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

(C) As instituições financeiras oficiais poderão disponibilizar linhas de crédito e financiamento específicas para desenvolver ações e atividades que atendam aos objetivos da Lei Federal nº 12.187/2009 mediante procedimento licitatório específico para esses fins.

(D) Os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos dessa Política Nacional sobre Mudança do Clima.

(E) São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima as medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos, a serem estabelecidos em lei específica.

## 3. (2024)

A Lei nº 12.187/2009 dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Nessa legislação há o seguinte conceito: “os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais”. Trata-se de

(A) efeitos adversos.

(B) impacto.

(C) vulnerabilidade.

(D) emissões.

(E) sumidouro.

## 4. (2024)

A Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa. De acordo com esta política, podemos observar que

(A) emissões são o processo ou atividade que libere na atmosfera gás de efeito estufa, aeros